



DECRETO Nº 6559, DE 25 DE JULHO DE 2024.

Regulamenta o art. 1º da Lei Municipal nº 1.109, de 22 de outubro de 2015, estabelecendo critérios de distribuição dos honorários de sucumbência à Procuradoria-Geral do Município de Anchieta/ES, e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a distribuição de honorários advocatícios sucumbenciais auferidos nas causas defendidas pela Procuradoria-Geral do Município de Anchieta, previstos na Lei nº 1.109, de 22 de Outubro de 2015.

Art. 2º Os honorários de que trata o caput serão distribuídos de forma igualitária aos advogados vinculados à Procuradoria-Geral do Município que emitam pareceres em processos administrativos ou que atuem judicialmente nas causas em que o Município for parte.

Art. 3º Os honorários serão preferencialmente recolhidos aos cofres públicos em conta bancária específica de titularidade do Município de Anchieta, hipótese em que deverão ser contabilizados como receita extraorçamentária.

Parágrafo único. Sendo os honorários recolhidos pela associação de procuradores, caberá ao Procurador-Geral do Município promover sua divulgação no sítio oficial da Prefeitura Municipal de Anchieta e informar à Controladoria-Geral do Município os valores percebidos e a relação dos advogados que participarão do rateio, a fim de que o órgão de controle interno monitore o cumprimento do teto remuneratório.

Art. 4º Na hipótese do caput do art. 3º, a distribuição dos honorários advocatícios estará condicionada ao encaminhamento pelo Procurador-Geral do Município, ao setor de Recursos Humanos, da relação dos advogados que estejam enquadrados nas condições previstas no caput do artigo 2º, a fim de que as respectivas verbas componham a folha de pagamento.

Art. 5º Os valores individualmente percebidos a título de honorários deverão ser divulgados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Anchieta.



Art. 6º Quando da distribuição mensal da verba honorária aos advogados, deverá ser observado o teto remuneratório constitucional, nos termos do inciso XI do art. 37.

§1º Para fins de apuração do teto remuneratório, deve ser considerada a soma da remuneração mensal e dos honorários recebidos pelos advogados.

§2º Na eventualidade de ser extrapolado o teto em um determinado mês, o valor remanescente será distribuído entre os advogados nos meses seguintes, de modo que, a cada mês, seja observado o referido limite.

Art. 7º Ficam revogados os Decretos nº 5242/2015 e nº 6268/2022.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 25 de julho de 2024.

FABRÍCIO PETRI
PREFEITO DE ANCHIETA